

Políticas Pedagógicas Curriculares

CONTEXTO, DIRETRIZES E AÇÕES.

“CONSIDERAÇÕES SOBRE O CURRÍCULO E OS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO: CONTEXTO E PERSPECTIVAS”

NOTA INTRODUTÓRIA

Esse texto tem o propósito de subsidiar as reflexões e debates a serem realizados pelos colegas educadores no esforço de construção coletiva das políticas educacionais para a Cidade de São Paulo.

Propositalmente, como logo se perceberá, não se trata de documento acabado que pretende abarcar todas as dimensões sobre essa temática tão complexa quanto essencial. Contudo, cuida-se de refletir sobre temas centrais como a formação dos educadores, a centralidade da AULA para os alunos, os professores e a escola, a qualidade da educação e a avaliação da qualidade, educação e as novas tecnologias, bem como a necessária articulação das políticas e programas municipais com as do Estado e do Governo Federal.

As análises e contribuições que puderem ser formuladas a partir desse texto representarão uma participação importante para a Educação de Qualidade como Direito de Todos, objetivo maior de todos nós.



Cesar Callegari
Secretário de Educação

PARTE I

O CONTEXTO DO PAÍS E DA CIDADE E OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO

Apresentação

A proposição dos pilares de uma Política Pedagógica Curricular para o Município de São Paulo, na gestão do Prefeito Fernando Haddad, demanda contextualização do processo histórico que a precede, assim como não pode deixar de referenciar o contexto social, político e econômico no qual está inserida hoje. A composição desses fatores, somada a um projeto político fundado nos valores da democracia, da equânime distribuição da cultura e das riquezas e da justiça social, resulta no presente documento, que ora se apresenta como uma afirmação dos pontos prioritários para a política educacional do município nos próximos 4 anos.

Em 2013, o Brasil completa 28 anos de regime democrático. O mais longo período da História Nacional, cuja referência principal é a construção do Estado de direito, de justiça, equidade social que absorvem atualmente 23% do PIB em prol da proteção e promoção social. O Brasil vem vivenciando na última década um círculo virtuoso de conquistas sociais e econômicas, aliando democracia e crescimento. Com a retomada do planejamento, o crescimento da economia foi estruturado em um conjunto de inovadoras políticas públicas de redistribuição de renda e fortalecimento do tecido social, como o Bolsa Família que evoluiu positivamente para o programa Brasil sem Miséria e Brasil Carinhoso. Simultaneamente, a intervenção pública organizada e sistêmica se constituiu no pilar de irradiação dos investimentos em diversos setores produtivos, como por meio dos Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), entre outras iniciativas desenvolvimentistas. Por conta disso, o Brasil encontra-se atualmente entre as sete principais economias globais e entre as maiores democracias de massa do mundo.

A **educação pública**, no âmbito nacional, atravessa na última década período de enfrentamento de questões históricas, principalmente no que se relaciona ao acesso. Houve avanços significativos no número de escolas construídas, na contratação de professores, na inclusão de crianças e jovens com deficiências, na melhoria das condições da carreira dos professores e demais profissionais da Educação, na renovação do ensino médio no acesso das camadas mais pobres à Universidade, na expansão das redes de educação superior e da educação profissional e tecnológica, na ampliação de bolsas de mestrado e doutorado, programas de formação no exterior e com o programa Ciências Sem Fronteiras. Podem ser mencionados, ainda, a ampliação do valor da merenda escolar, a distribuição de livros didáticos da educação infantil e o investimento em Tecnologias para as Escolas.

A atenção dada à **educação infantil** no período é destacada, o que se reflete no aumento dos investimentos. Hoje, temos políticas para o atendimento de crianças de 0 a 5 anos que vão do financiamento público à construção de creches e pré-escolas, passando pela formação de profissionais, recursos para merenda e distribuição de livros infantis da melhor qualidade. A publicação recente da lei (número 12.796/13 que altera a lei que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional) que dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as crianças estarem matriculadas na escola **a partir dos 4 anos** de idade dá novo fôlego e esse movimento induzirá obrigatoriamente ao aumento das vagas para essa faixa etária – as redes municipais e estaduais têm até o ano de 2016 para se adequarem a esta demanda.

No que se refere ao **ensino fundamental**, a colaboração entre os entes federados tem sido de suma importância para a melhoria da aprendizagem. O SAEB e a Prova Brasil permitiram o desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e de uma cultura da qualidade em educação, rumo à maior igualdade e melhor aprendizagem das crianças brasileiras. Utilizando os resultados do IDEB, o Ministério da Educação estabeleceu com estados, municípios e o DF o regime de colaboração por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que traz o diagnóstico

de cada rede de ensino, estadual ou municipal e define as ações necessárias para garantir o direito de aprender de nossas crianças e jovens e, assim, atingir os resultados do IDEB que estão projetados até 2021. No que se refere ao acesso, o ensino fundamental no país está praticamente universalizado: 97% das crianças de 6 a 14 anos estão na escola. Mas ainda temos que combater as desigualdades. Os mais pobres têm dificuldades de chegar à escola e maiores ainda para nela permanecer. Por isso, o Programa Bolsa Família alia a necessária transferência de renda para famílias em condição de pobreza com o acompanhamento da frequência escolar das crianças dessas famílias.

Quanto ao **ensino médio**, desafio importante, existe a clareza da necessidade de consolidação de uma escola média de qualidade, que combine ensino geral e ensino técnico profissionalizante, integrando as demandas de educação e qualificação profissional criadas pelos novos postos de trabalho e ocupações que o desenvolvimento do país tem exigido. O Programa Ensino Médio Inovador e o Programa Brasil Profissionalizado estão ampliando as alternativas para que nossa juventude encontre um ambiente escolar capaz de oferecer os conhecimentos de que nossos jovens necessitam para prosseguir seus estudos e encontrar possibilidades de trabalho e emprego. A criação dos Institutos Federais fortaleceu a educação profissional técnica, articulando na mesma instituição a oferta de cursos técnicos de nível médio, cursos de tecnólogo em nível superior, a formação de professores para as áreas de ciências e a educação de jovens e adultos articulada com a qualificação profissional.

O acesso ao **ensino superior** como direito encontrou sua consolidação não apenas por meio do ProUni, como também por meio da expansão das universidades federais pelo REUNI e por meio da Universidade Aberta do Brasil. A consolidação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) permitiu ampliar as oportunidades de acesso da população a essas políticas, visto que o ProUni e os processos seletivos de dezenas de universidades utilizam os resultados do ENEM para a classificação

dos candidatos. Iniciou-se a quebra da hegemonia de ter os vestibulares como único sistema de entrada na universidade.

A **educação de jovens e adultos** é também entendida como um direito a ser garantido pelas políticas públicas de educação. Pode-se mencionar, neste aspecto, o Programa Brasil Alfabetizado, que atendeu a mais de 8 milhões de alfabetizandos, em parceria com estados e municípios, além de programas como o ProJovem e o Proeja, que articulam a elevação de escolaridade com a qualificação para o trabalho. Em termos de estruturação de uma política educacional pública, é fundamental destacar conquistas que possibilitarão a continuidade no avanço nas questões aqui mencionadas. Foi criado o Fundeb, - relevante e ampliadora evolução do Fundef - o fundo que financia toda a educação básica brasileira. O piso nacional do Magistério, direito de nossos professores, está garantido na Constituição Federal.

O envolvimento da sociedade civil na formulação das políticas também foi ponto importante nessa última década, afirmando os valores da participação democrática no processo de definição das prioridades políticas do país. A Conferência Nacional de Educação de 2010, que reuniu profissionais, gestores, pesquisadores, estudantes e familiares de todo o país, foi o coroamento de um amplo processo de consulta que contou com a Conferência Nacional da Educação Básica, a Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica e a Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, e com os subsídios elaborados para a participação brasileira na Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, a VI CONFINTEA, além das três conferências infanto-juvenis de meio ambiente.

Para garantir o acesso à educação e à sua qualidade, no entanto, não bastam as políticas educacionais. É necessária a integração das políticas públicas. Saúde, cultura, esporte, alimentação saudável, apoio e assistência, são políticas que se integram quando destinadas a crianças e jovens, pois o lugar de crianças, adolescentes e jovens é na escola. E a escola, por meio de seu projeto político-pedagógico, deve integrar essas iniciativas a favor do atendimento dos estudantes.

O Município de São Paulo nesse contexto

Esse panorama se fez necessário porque o Município de São Paulo, com suas particularidades, riquezas e desafios próprios, existe em um contexto maior de país, o que reflete no traçado de suas políticas educacionais. Um novo projeto para a cidade passa, necessariamente, pela melhoria de sua educação pública, de forma articulada à realidade nacional.

Nesse sentido, a presente abordagem compreende a **aprendizagem como um direito de nossas crianças e jovens** – foco em torno do qual se desdobrarão as políticas e ações propostas. Trata do contexto atual do movimento curricular na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e no Ensino Médio o conceito de aprendizagem como direito humano, além de conceituar noções fundamentais como ciclo de alfabetização e avaliação. Tais conceituações servirão de ponto de partida para as propostas que aqui se fundam, tendo a noção de direito de aprendizagem e desenvolvimento como norte, com a clareza de que as crianças e jovens do município de São Paulo são os sujeitos desses direitos, cujas garantias cabem às instituições que zelam pela educação pública no município.

Nesse sentido, a Educação Integral é um direito e a extensão da jornada de alunos é uma estratégia.

O Programa Mais Educação é uma parceria estratégica, pois possibilita a ampliação da jornada do aluno na perspectiva da educação integral. O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica.

Destacam-se neste momento como prioridades para a cidade, que também são prioridades para o país:

1. *Proteção e desenvolvimento integral da criança: educação infantil e ensino fundamental.*

- Fortalecer a gestão da Educação em consonância com o conjunto de políticas educacionais voltadas à valorização da infância;
- Desenvolver ações constantes e sistêmicas para aprimorar a qualidade do ensino visando a proteção e o desenvolvimento das potencialidades das crianças, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atendendo suas necessidades básicas, entre as quais o direito ao brincar;
- Fortalecer projetos pedagógicos que articulem a formação dos educadores, a construção de currículos a partir de uma perspectiva multidisciplinar e a análise sistemática sobre o desenvolvimento dos alunos, reuniões pedagógicas que permitam o acompanhamento do projeto de cada unidade de ensino;
- Investir e viabilizar condições para a formação e qualificação de educadores para a educação infantil;
- Ampliar o acesso à informática e novas tecnologias assim como a sua cultura;
- Ampliar os programas de suporte, relacionados à merenda escolar, transporte, livros didáticos, uniformes, laboratórios, salas de informática, incentivo à leitura, cultura e esporte, salas de recursos multifuncionais e escola acessível.

2. *Educação Integral de crianças e jovens e abertura das escolas.*

- Implementar programas que integrem educação, cultura, esporte, lazer, ciência e tecnologia, a partir da escola, promovendo a ampliação progressiva do tempo de permanência de crianças e jovens nas escolas;
- Consolidar, com a participação da comunidade, um projeto político pedagógico e uma organização curricular interdisciplinar, que tenha o

trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como eixos integradores e possibilite a compreensão do mundo do trabalho e da produção, a educação física, a iniciação científica e a formação cultural, com ênfase em atividades de artes e uso de novas mídias e tecnologias;

- Intensificar investimentos nos processos de gestão pedagógica nas unidades educacionais, de modo a articular professores e diretores com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico, com ênfase no acompanhamento da realização do currículo e na investigação sobre as potencialidades e dificuldades dos estudantes tendo-se em conta seus tempos e ritmos;
- Fortalecer os Conselhos de Escola e outras formas de organização e manifestação estudantis visando assegurar os espaços e o direito à participação e expressão dos jovens e o fortalecimento do diálogo como forma de resolução de conflitos;
- Abrir as escolas para realização de atividades culturais e esportivas pelos estudantes, pela comunidade, a partir da integração de políticas culturais e de esporte e lazer, ampliando programas como Recreio nas Férias;
- Fortalecer a articulação entre os ministérios e as esferas estadual e municipal visando integrar as políticas educacionais, culturais, de esporte, lazer, geração de emprego e renda, do trabalho e também aquelas voltadas à inclusão, à igualdade racial e de gênero.

3. Educação profissional e tecnológica: estratégias para a cidadania e o desenvolvimento do Brasil.

- Ampliar o acesso à informática e novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e tecnológica integrando as demandas de educação e qualificação profissional em atendimento às novas demandas do desenvolvimento do país.

- ***Educação de jovens e adultos, alfabetização e elevação de escolaridade.***
Consolidar a política de educação de jovens, adultos e idosos, garantindo a alfabetização, a formação integral e demais etapas de escolarização, bem como a formação profissional, inclusive para aqueles em situação de privação de liberdade;
- Impulsionar ações de ampla mobilização visando à superação do analfabetismo como condição da inclusão de milhares de jovens e adultos;
- Expandir a educação de jovens e adultos em horários alternativos ao noturno, para assegurar que as pessoas com diferentes necessidades possam retomar e seguir os seus estudos, como por exemplo, os CIEJAS, na cidade de São Paulo.
- Ampliar as ações desenvolvidas pelos programas Brasil Alfabetizado e MOVA, com a contratação de professores, compra de material didático, adequação de espaços físicos, transporte e alimentação escolar, garantindo os recursos necessários;
- Assegurar formação inicial e continuada aos educadores de jovens e adultos.

4. Compromisso com a valorização dos trabalhadores da Educação.

- Implementar políticas visando articular, de maneira indissociável, a carreira, o salário, a jornada, a formação e as demais condições de trabalho dos educadores à concepção de valorização profissional, garantir a qualidade e manter e atrair novos talentos para a escola básica, tomando inclusive como referência as propostas da Conferência Nacional de Educação (Conae).

5. Educação para a vida, sem violência.

- Desenvolver ações visando ao combate à violência nas unidades educacionais a promoção de uma cultura de paz;
- Implementar ações para a formação dos profissionais para trabalharem com as múltiplas faces da violência nas escolas;

- Desenvolvimento de ações que visem à criação e fortalecimento de uma rede de proteção social à criança e ao adolescente.

6. Educação democrática com participação da comunidade

- Compreender a família e a comunidade como polos de uma aliança estratégica para a educação com qualidade;
- Promover e ampliar espaços de diálogo e participação de profissionais, estudantes, gestores, movimentos sociais e famílias, com vistas ao aprimoramento das políticas educacionais e seu controle social;
- Incentivar o fortalecimento do diálogo no interior das escolas e a participação de todos os segmentos da comunidade escolar como formas de resolver problemas e conflitos;
- Incentivar a abertura das escolas à comunidade visando à realização de ações culturais e esportivas, a partir de políticas articuladas entre as áreas de cultura, esporte, lazer e em diálogo com as instâncias responsáveis por políticas de juventude;

7. Apoio e formação de gestores em educação

- Promover a formação dos profissionais da gestão escolar na perspectiva da gestão pedagógica para que possam melhor elaborar e avaliar seus projetos de ação e acompanhamento;
- Consolidar uma visão avançada sobre a ação supervisora que deve ser menos burocrática e fiscalizadora e mais orientadora e pedagógica.

Qualidade Social da Educação como Direito

PARTE II

O PACTO PEDAGÓGICO

As ações refletidas

O marco conceitual desta proposta se radica na busca delicada, competente e cuidadosa da qualidade do ENSINO > APRENDIZAGEM como o centro das ações escolares.

O desafio de tornar o marco conceitual em ações concretas na escola passa pela clareza da proposta do trabalho pedagógico priorizado em 3 dimensões:

1. O CURRÍCULO, como estrutura do ambiente de ensino e aprendizagem, em sua contínua reorientação, local privilegiado de inspiração e orientação das práticas do professor e de vivência dos alunos. As vivências curriculares se realizam por 5 agentes privilegiados:

- a. Os professores e sua prática docente são articuladores e geradores do currículo a serem vivenciados em suas AULAS;
- b. Os Coordenadores Pedagógicos são os responsáveis técnicos pela gestão pedagógica do currículo e de sua contínua adaptação à realidade de sala de aula e às atividades da escola; cabe também a eles o acompanhamento crítico e orientador do processo de sala de AULA;
- c. A Equipe Gestora e as reuniões pedagógicas são momentos ricos de reorientação curricular e de análise dos desempenhos e de diagnósticos dos rendimentos das classes;

- d. Ação supervisora;
- e. As Universidades, por meio de parcerias e prestação de serviços que trazem novas questões, fundamentam as práticas e colaboram na reflexão dos agentes escolares assim como ampliam o debate e campos de formação em serviço.

2. A AULA, como o local de autoria, de autonomia e de autoridade do trabalho docente, em profunda relação com a gestão pedagógica das condições do trabalho:

- a. A aula é o momento mais importante da ação do docente que tem nela seu espaço de “professar” o ato de educar, formando valores, vivências positivas, habilidades intelectuais, curiosidade científica, desempenho cultural e desenvolvimento de convívio social e afetivo;
- b. O **aluno** é o sentido do trabalho de todo o aparato da Secretaria Municipal de Educação e de suas políticas. É ele o maior conhecimento que a escola tem. O conhecimento dele é o ponto de partida do trabalho da escola e sua harmonia com a vida e alegria no espaço escolar como o maior significado da escola;
- c. A **aula** é o momento de mediação entre o saber, motivação, valores, habilidades do aluno e o trabalho do professor. As mediações que quanto mais ricas mais viabilizam os diálogos mentais, afetivos e operativos entre eles. Sendo assim, as Tecnologias da Informação e Comunicação assim como material didático multimídia, atividades para fora da escola – como atividades de estudo em casa, modernizar laboratórios, espaços de leituras, biblioteca nos CEU’s , estudos do meio.

3. A FORMAÇÃO do Educador, como modalidade contínua de reconhecimento, reflexão crítica e aperfeiçoamento das práticas curriculares:

- a. É programa prioritário da ação governamental implantar uma política orgânica de formação dos profissionais da educação. Essa política se concretizará por meio de um Sistema Municipal de Formação de Educadores, que integrará e articulará as ações formativas voltadas aos docentes e gestores da rede municipal. Essa política terá como um de seus componentes a implantação de 31 polos da Universidade Aberta do Brasil, além de convênios com outras agências formadoras, com oferta de mestrados profissionais e doutorado;
- b. O uso das TIC e o fornecimento e criação de materiais multimídia, em novos meios inclusive preparados pela nossa própria rede além de criar redes virtuais de colaboração com outros estados e países;
- c. Desenvolver formações sobre igualdade de gêneros, raças e combate à discriminação assim como produzir material didático correspondente;
- d. Ampliar a cooperação com o MEC, com as universidades públicas federais em especial com a TV ESCOLA/CANAL Escola e com o e-Proinfo e seus programas de formação e produção de materiais abertos de formação.

Avaliação: dar valor, cuidar, acompanhar.

A alma da articulação entre estes 3 fundamentos da ação educativa escolar – CURRÍCULO, AULA E FORMAÇÃO está na avaliação. Na perspectiva aqui proposta, a avaliação é compreendida como **avaliação para a aprendizagem**. Nessa abordagem, é reforçado o conceito de autonomia de estudantes e professores e a avaliação é compreendida como **cuidado** com o processo de ensino aprendizagem. Liberdade e responsabilidade devem caminhar em conjunto, abrindo espaço para a invenção, a experimentação e a ousadia de educadores e estudantes em busca de novas práticas em relação aos diversos processos que acontecem no ambiente escolar. O momento avaliação é também ocasião de orientação para melhor organizar a tarefa de estudar do aluno.

A AVALIAÇÃO aqui aparece em 3 dimensões.

- Avaliação enquanto **valorização** do trabalho educativo.
- Avaliação enquanto um **ato de cuidado**, de respeito e de atenção.
- Avaliação que se revela enquanto **ACOMPANHAMENTO** do aluno, do professor e do currículo, feitos em profunda parceria com os gestores escolares e com a comunidade.

Tal sentido de avaliação acompanha e atravessa os demais tópicos de prioridades pedagógicas a serem desenvolvidas na rede. O ACOMPANHAMENTO vai se desmembrar em algumas ações planejadas, monitoradas e validadas pela Secretaria Municipal de Educação. Neste sentido a avaliação se constitui em avaliação PARA a aprendizagem. Ela é um conjunto de ações pedagógicas para gerar, organizar, orientar, ampliar as situações de aprendizagem.

Os sistemas de avaliação institucional

A Prova Brasil será o instrumento principal de avaliação geral e externa da Rede e das escolas e será objeto de análise pelo corpo pedagógico que extrairá os elementos para o diagnóstico destinado às melhorias das atividades de sala de aula, para orientação dos alunos, para o planejamento das ações de formação assim como para possíveis reorientações curriculares.

Avaliações com finalidade diagnóstica serão elaboradas com frequência bimestral, além de outras que serão organizadas pela própria escola, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, o que permitirá correções rápidas de rumo assim como programas de apoio pedagógico complementar eficazes e acompanhamento personalizado dos alunos.

O direito à Alfabetização na Idade Certa

Destaca-se, como projeto de urgência desta gestão, o atendimento à alfabetização com qualidade social e dentro do **Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa**. Plano de caráter nacional, tem um conjunto de propostas que avançam prática e conceitualmente com relação aos objetivos de aprendizagem. As suas bases teóricas e conceituais apoiam-se na ideia de Direito à aprendizagem que, para além da clareza sobre o que se espera do aluno e de seu desempenho, considera principalmente a aprendizagem como um direito humano do aluno e um dever da sociedade e do Estado. Sendo assim, são definidos neste Pacto, os elementos curriculares estruturantes desse direito assim como as metodologias e os procedimentos objetivos para sua realização.

Será referência para os programas da Secretaria Municipal de Educação o material presente no documento Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º

anos) do Ensino Fundamental. Tal material está sendo analisado pelo Conselho Nacional de Educação para amplo debate público e para futura normatização.

No bojo dessa fundamentação, os ciclos serão repensados para que tenham a eficácia esperada e proposta há tantas gestões atrás, como foi a ideia de Paulo Freire, instaurador do sistema de ciclos na SME, que em nada se assemelha à enganadora forma de aprovação automática.

Defendemos, dentro do cenário apresentado, a concepção de infância como um universo singular desta aprendizagem, tendo o currículo e o ciclo contínuo de aprendizagens como viabilização de um Direito Humano.

O currículo, as disciplinas e sua integração

A perspectiva do trabalho com o currículo – na totalidade dos 9 anos de estudos fundamentais – é a de que as disciplinas se integrem para a formação de todas as habilidades e valores necessários à educação integral e humanizadora do jovem e do adulto. Focar nesta ou naquela área do conhecimento representa o risco de, em nome da urgência ou da precisão de habilidades, se perderem os valores e a riqueza do que significa o conhecimento reflexivo, valorativo e crítico e não meramente instrumental. Sendo assim, os currículos contemplarão, como preveem as resoluções do CNB/CEB 4/2010, o ensino da Língua Portuguesa, da Matemática assim como o conhecimento do mundo físico natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo o estudo da História e das culturas Afro-brasileira e Indígena, a Arte, incluindo a música, a Educação Física, interrelacionando-os, como desafio pedagógico e curricular por excelência.

Duas disciplinas, em seguida apresentadas, e um olhar sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, foram aqui escolhidas para designar este enfoque integrador. As demais áreas de conhecimento e disciplinas serão objetos de nosso trabalho nas reorientações curriculares nas regionais, nas unidades escolares assim

como centralizadamente. Aqui cabe apenas evidenciar o tratamento interdisciplinar e amplo a que serão submetidos todos os componentes curriculares.

Falar / ouvir e ler / escrever na escola básica

Porque somos seres de linguagem; porque o homem é palavra, a linguagem não é apenas ferramenta ou instrumento de conhecimento. É mais que isto. A linguagem é constitutiva da própria condição de existirmos, como sujeitos históricos.

Assim também, na escola, o sujeito que aprende a falar/ ouvir, ler/ escrever não é apenas o sujeito da informação, mas é o sujeito da experiência, da interação com o outro que, ao viver, práticas de linguagem que lhe dizem respeito, na direção de se compreender e de compreender o mundo, reflete também sobre as práticas, para participar da reconstrução dos sentidos da vida.

Desta maneira, ler ultrapassa o mero decifrar porque exige do leitor a compreensão do que lê, tendo claras as finalidades e os diferentes modos de ler na sociedade, para experienciar situações de leitura na escola, que façam sentido.

Quanto às práticas de produção textual (oral ou escrita), as intencionalidades de quem escreve ou fala e todo o contexto de produção constituem o processo de escrever ou de falar: para que se escreve ou se fala? Quem escreve ou fala; para quem escreve ou fala? Sobre o que e como se vai escrever ou falar? São questões que definem o projeto de escrita ou de fala.

Já se tem procurado ultrapassar a concepção de que o conhecimento técnico é suficiente e que saber usar a língua diz respeito apenas à sua, maior ou menor, eficácia. Contudo, ainda não se chegou, mais fortemente, a práticas de linguagem na escola que expressem as relações estreitas entre usos e reflexões sobre os usos; bem como não se chegou ainda em um ensino e uma aprendizagem, numa perspectiva política e crítica (*práxis*).

Em relação às práticas de linguagem, anteriormente referidas, o grande desafio é constituir a escola como, de fato, espaço de leitura dos textos do mundo e de

produção textual que envolva os estudantes, como sujeitos, e que amplie suas referências culturais, éticas, estéticas, na relação, inclusive, com as novas tecnologias, em franca e vertiginosa expansão, no mundo contemporâneo.

Cultura, História, espaço, corpo, Matemática e Língua materna, Ciências.

A linguagem é instrumento de comunicação em qualquer campo do conhecimento, mas na Matemática, na Língua Portuguesa, nas Ciências e nas Artes a linguagem, especialmente a escrita, absorve boa parte do trabalho educacional. Para aprender as disciplinas é necessário um contato íntimo e pessoal com o ato e a habilidade de ler, de falar, de observar, de desenhar, de experimentar, de testar e de escrever.

A Matemática é, sem dúvida, um instrumento poderoso de comunicação e não apenas ferramenta de resolução de problemas. Com seus recursos variados de notação, que incluem algarismos, letras, tabelas, gráficos, desenhos, e, entre outros elementos, a oralidade, é possível representar ou explicitar conceitos, estabelecer relações entre conceitos ou fatos, e conduzir à exploração e à previsão de resultados, bem como à interpretação e possível interferência na realidade. Tais habilidades são requeridas em todas as demais áreas de conhecimento trabalhadas no currículo escolar.

Diante dos fenômenos da natureza, em busca da compreensão que leva à reflexão e ao estabelecimento de relações entre eles, o homem formula hipóteses e estrutura modelos que possam representá-los. As representações, em ciências, destinam-se a descrever fenômenos da realidade — ou alguns de seus aspectos — qualitativa ou quantitativamente.

Em Matemática, nas Ciências, nas Artes e em Língua Portuguesa há uma *identidade* que é objetiva. Suas linguagens existem quando são manipuladas, mas também quando não o são, como possibilidades inesgotáveis de uso. Tais linguagens estão entre as pessoas e fazem parte de quem elas são. É possível contar um fato histórico do percurso do conhecimento matemático sob muitos pontos de vista, pois ele é inesgotável e irrecuperável por ser *passado*, mas é narrativa importantíssima para mostrar os recursos usados pela humanidade ao longo de sua história.

A identificação da Matemática como linguagem procura pontos de semelhança e de complementaridade com a Língua Portuguesa, com os fenômenos estéticos e históricos, com as investigações científicas seja em manifestações orais, gráficas ou escritas. É tão significativo usar a escrita como código representativo quanto levar em conta a oralidade, instrumento básico em atividades nas quais o aluno necessite explicitar seu conhecimento prévio de determinado assunto, nas vivências em situações lúdicas, nas pesquisas sociais, científicas ou afetivas ou seus movimentos corporais.

Usar, em certas circunstâncias, uma linguagem não formal não exclui, e até facilita, a aquisição da linguagem específica da Matemática. A escrita não é uma transcrição fiel ou completa da fala e não pode ser considerada superior, uma vez que depende dela para *vir a ser*. Convém lembrar que existem culturas orais altamente sofisticadas, como foi a grega até o século VII a.C.

O ensino da Matemática, como das demais ciências, também se vale de metáforas, enredos e alegorias para que alguns conceitos sejam mais facilmente aprendidos, que ocorrem, muitas vezes, em ligações internas, nem sempre explicitadas.

É a partir do mais próximo que é possível alcançar o mais remoto, e o uso da metáfora pode ser o *meio* de navegação. Também o encadeamento de perguntas, na qual é essencial o uso adequado da língua materna, a cultura e as ciências, traz representações mentais e conexões entre conceitos conhecidos. Pensar em

metáforas e perguntas encadeadas insere-se no conceito da construção do conhecimento *em rede*.

O uso de recursos metafóricos pode trazer a sensação de magia, beleza ou habilidade de *fazer parecer natural* o que na realidade não é, como é visível nas obras de M.C. Escher, criador de imagens habilmente projetadas e que, à primeira vista parecem plausíveis, mas que mostram, com encantamento, impossibilidades reais.

Em Matemática, nas Ciências da Natureza, nas Artes, nos Estudos Sociais a narrativa tem o papel de minimizar a sensação de impessoalidade e de aumentar o repertório para algumas realizações do sujeito que aprende. Partir, por exemplo, da história da Matemática, das Ciências, das Artes, com os recursos dos problemas de época, não apenas de maneira factual, mas de resgate de formas de solucionar problemas, visando ultrapassar as questões do conhecimento ao evidenciar os conhecimentos de outras culturas. Tratar a história da Matemática, por exemplo, como parte viva do acervo da humanidade, significa deitar um olhar integrador e interdisciplinar sobre o ato de aprendê-la.

Transportando para a sala de aula as ideias expostas, vale questionar sobre quais maneiras o professor dispõe para explicitar para os alunos as relações entre a linguagem matemática, as ciências a cultura, a corporeidade dos alunos e a língua materna. A busca por respostas conduz ao estímulo à leitura de textos narrativos, ao movimento físico e à oralidade que se expressa na defesa de argumentos para validar hipóteses que envolvam conceitos científicos, artísticos ou lógicos, por exemplo, e à escrita, que garante sua perpetuação e divulgação.

As Tecnologias da Informação e Comunicação – como linguagem, como cultura, como direito, como fator de emancipação

A autoria na cultura digital: direitos de aprendizagem

As mudanças nas organizações sociais e nas relações pessoais foram aceleradas nos últimos anos, principalmente pelos avanços científicos e tecnológicos que, juntamente com as transformações sociais e econômicas, revolucionaram as formas de nos comunicarmos, nos relacionarmos com as pessoas, com os objetos e com o mundo. Encurtam-se as distâncias, expandem-se fronteiras, o mundo fica globalizado, aceleram-se os tempos. Na esteira da economia o mundo torna-se plano para as comunicações e para a educação como sua parte integrante.

Vivemos na era da conexão. Muitos manifestam a necessidade de conexão permanente com o celular ligado, com o e-mail aberto, pronto para receber, enviar ou comentar qualquer notícia. A escola sofre tal pressão e a ela não pode se omitir para enfrenta-la dentro de seus objetivos. Qual sua tarefa neste contexto?

Estar e ser conectado pode ser considerada uma condição à inclusão na contemporaneidade, constituindo-se como um dos princípios essenciais da democracia e da economia partilhada nas sociedades: um direito!

A tecnologia prevê infraestrutura e dispositivos, o suporte para cultura digital e para a comunicação, mas é seu modo de uso que faz a diferença. A cultura digital, por sua vez, não é conceituada pelo determinismo tecnológico, mas emerge como consequência do intenso uso e apropriação social dessas tecnologias, no tecido da vida cotidiana.

Ambientes virtuais colaborativos permitem tornar visíveis o pensamento e a aprendizagem dos alunos, e mais que isso, permitem que um professor veja a prática de outros professores; como outros propõem atividades, como envolvem os alunos e que intervenções fazem. Nesse contexto de valorização e compartilhamento de práticas verificam-se novas habilidades docentes – uso de

rotinas de pensamento, avaliação por rubricas, aprendizagem por projetos – que são incorporadas nas práticas pedagógicas.

O uso das tecnologias da informação e comunicação pode imprimir na educação tanto a “modernização” como a “mudança”: ou a simples modernização ilusória e modista ou a mudança de relações sociais na direção de uma sociedade de fato democrática e participativa. A mudança pedagógica está relacionada com raízes mais profundas na educação e de novos paradigmas educacionais – com uma mais humana concepção de sociedade. Deve-se juntar a tal conceito de mudança o seu compromisso com alterações profundas nas plataformas políticas da sociedade como a democracia e a justiça social. As mudanças sociais que vêm se operando no mundo não se realizam pelas tecnologias como muitos creem, mas não se operam sem elas. São condições e não suas causas.

A integração das tecnologias ao fazer pedagógico demanda ir além do acesso aos computadores, ao domínio operacional das ferramentas tecnológicas e de suas possibilidades para a educação, mas que a escola faça a leitura do mundo de forma crítica, o interprete e “lance sobre ele suas palavras”, buscando trazer o contexto de Paulo Freire para os dias atuais. No cenário da cultura digital, lançar sobre o mundo suas palavras pode ampliar as possibilidades de conferir voz ao professor e aluno e, por meio da expressão de suas vozes, possibilitar a autoria e empoderá-los.

Trata-se de democratizar o acesso e a expressão da voz dos professores e alunos por meio das tecnologias e, a um só tempo, integrá-las ao currículo e oportunizar o processo de apropriação social da tecnologia e seu uso crítico e inovador. Como poderia a cultura digital provocar mudanças no currículo?

Na educação emergem novas práticas a partir das potencialidades das tecnologias: são portais de conhecimento, ampliação da “lição de casa”, educação à distância, expansão da sala de aula, redes sociais, simulações, ambientes virtuais de aprendizagem e as demais ferramentas e recursos, entre outros, os atuais suportes à inovação educacional. Parte significativa do trabalho de recuperação e

atendimento a alunos pode ser disponibilizado online e com acompanhamento de professores especializados.

É importante destacar que o foco do trabalho pedagógico com ela não dado à tecnologia em si.

Evidencia-se, portanto, que as tecnologias podem diminuir e tornar fluidas as fronteiras de comunicação entre a escola, a casa e o trabalho, uma interferindo e influenciando na outra.

No âmbito pedagógico, computadores nas mãos dos alunos, embora não gerem aprendizagens espontâneas, descortinam inúmeras possibilidades para o processo de ensino e aprendizagem, porém, essa utilização deverá ser articulada com a formação dos professores e gestores escolares.

A integração das tecnologias na escola provoca, de imediato, alterações no cotidiano escolar: são necessárias instalações de infraestrutura para conexão sem fio; acesso à internet em banda larga, locais para armazenamento; método e locais para carregamento dos laptops; segurança dos equipamentos; suporte técnico e estrutura para manutenção dos equipamentos dentre outras providências de ordem organizacional e estrutural. Num primeiro momento a tecnologia toma a cena e ao ultrapassar esses obstáculos, a escola aprofunda seu uso pedagógico.

Interpretar o mundo e colocar suas palavras nele, no caso do mundo digital, alcança um significado mais ampliado, pois os espaços públicos do mundo digital podem alcançar o mundo todo: um Direito da aprendizagem.

Diálogo e liberdade como princípio e fundamento

Este texto se encerra, provisoriamente, com a declaração do nosso compromisso permanente de diálogo com as unidades educacionais e todos os seus integrantes, diálogo esse baseado na concepção de autonomia e empoderamento da escola –



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Gabinete do Secretário

liberdade com responsabilidade - elementos fundantes da educação que queremos.
Tal diálogo faz parte de uma construção coletiva da Educação de nossa cidade.

São Paulo, 17 de abril de 2013.